



COMUNICADO

Flexibilização Curricular



Os novos padrões da globalização do futuro do estado nação e a importância das famílias orientam para uma Educação que tem que ser desagregada, personalizada e dinâmica. Uma Educação não formatada.

Não é de agora, há muito que a CONFAP afirma a necessidade urgente de pensar, conceber e proporcionar às escolas os instrumentos adequados para que estas implementem e se responsabilizem pelos seus projetos pedagógicos, com rigor e qualidade, apoiando e orientando os seus alunos na descoberta das suas próprias características e competências.

A CONFAP entende que uma escola inclusiva e universal orientada para o sucesso educativo necessita de implementar projetos complementares de currículo. Projetos que sejam incentivadores duma aprendizagem global e integradora.

Tal como afirmamos em 2015 na nossa agenda para o quadriénio:

“concorde-se ou não com as políticas seguidas até então, o que importa é refletir sobre a situação presente, aprender com o ERRO, colocar em DÚVIDA algumas das certezas e pensar, de forma integral e holística, em propostas para políticas educativas mais centradas nos interesses das crianças e dos jovens e que, simultaneamente, contribuam para políticas de família, essenciais ao desenvolvimento social e económico.

.../...

*É necessário reformar verdadeiramente o sistema educativo português. Mas só valerá a pena reformar se formos capazes de alcançar um **compromisso político de longo prazo, que permita a sustentabilidade das políticas educativas e a estabilidade do processo a desenvolver.***

Precisamos de melhor Educação e menos currículo. A Escola tem que ser não só conhecimento (saber), mas também competência (fazer) e atitude (ser e estar). Esta tem que se constituir, definitivamente, como a instituição que se funde e complementa com a família na Educação das nossas crianças e jovens.

Alcançámos uma Escola para todos, mas ainda estamos longe de uma Escola de todos. O combate ao insucesso, ao absentismo e ao abandono, tem que evoluir e ser mais eficaz e, ao mesmo tempo, refletir-se numa



melhoria das aprendizagens, pois só assim poderemos dizer que, efetivamente, temos mais e melhor Educação.

Há que ambicionar uma cultura social do conhecimento/saber, das competências/aptidões e das atitudes/comportamentos.”

Assim, **reafirmamos que o Sistema Educativo deve estar em primeiro lugar para as crianças e para os jovens:**

1. É imperioso progredir para se concretizarem medidas que contribuam efetivamente para uma **Educação** para todos e **de todos**, e potenciar, tanto quanto possível, as capacidades de cada um.
2. A Escola de hoje não pode continuar baseada no modelo industrial.
O projeto educativo tem que estar ajustado ao universo das crianças e dos jovens que frequentam cada Escola. Melhor, o projeto educativo e curricular deve estar adaptado, no limite, a cada criança e a cada jovem que a frequenta.
3. As novas estruturas escolares e os (velhos) modelos de organização de ensino não se adequam a uma aprendizagem diferente e inovadora que prepare os jovens para os desafios atuais e muito menos para os desafios que ainda não conhecem e que seguramente terão que enfrentar.
4. Os currículos são demasiados extensos e condicionam, de forma decisiva, a criatividade e o espírito crítico das crianças e dos jovens. Decididamente, verifica-se que mais carga letiva pouco mais significa do que um aumento de horas em sala de aula.

Preconizamos uma lógica de integração interdisciplinar, ao contrário da lógica de fragmentação do conhecimento por disciplinas, ou seja que se instaure uma cisão na ligação poder/saber.

5. É preciso refletir nos métodos de ensino, incentivar mais o trabalho em equipa e entre pares com o intuito de consolidar o conhecimento



científico, promover o pensamento crítico, a criatividade e a inovação, bem como fomentar a articulação pedagógica e interdisciplinar. É igualmente necessário um **plano curricular de escola que fomente a descoberta de talentos e o desenvolvimento da autoestima e da importância do saber**. Devemos ser flexíveis e permitir que cada um possa *vestir o fato* com que se sente mais confortável. Contudo, *o fato não se faz sem os alfaiates*.

A flexibilização na Educação tem que se fazer com as Escolas, particularmente com os docentes e os auxiliares de ação educativa.

Importa, essencialmente, uma **Escola** que ouça as suas crianças e os seus jovens, que motive e oriente. Esta deve ser **capaz de despertar interesses e paixões nos alunos e com eles desenvolver a capacidade de interpretar, inovar e ousar**.

6. As opções para cada jovem devem ser aquelas que respeitem a sua inteligência, capacidade e talento e que permitam o adequado desenvolvimento das suas aptidões, comportamentos e conhecimentos.
7. Flexibilizar exige uma autonomia centrada na Escola e no Aluno. Implica um modelo de trabalho que facilite a disponibilidade para pensar e decidir sobre o projeto pedagógico. Uma autonomia assumida e com responsabilidade.
8. **O sucesso da flexibilização será tão mais eficaz quanto melhor a aposta na Capacitação Parental. Dificilmente qualquer medida que vise a melhoria da Educação produzirá os efeitos desejados se não envolver as famílias** de forma séria e sincera.

A responsabilização isolada ou o enjeitar de responsabilidades em nada contribui para o desenvolvimento do sistema educativo. O processo educativo de uma criança tem que ser contínuo e coerente com as fases do seu crescimento, não pode continuar a desenrolar-se por impulsos ou por etapas desligadas e muito menos sem o envolvimento da família.



9. Precisamos de um programa de Política Educativa que sustente a equidade social e educativa de cada criança e que, de forma consistente, previna a qualidade das aprendizagens ao longo da vida. Ao governo competirá constituir-se como entidade financiadora e reguladora da equidade do sistema educativo, deixando às escolas e às suas comunidades o espaço necessário para conjugar o currículo nacional com um currículo de âmbito local.

10. **O acesso ao ensino superior** tem condicionado, de forma visível, o trabalho das escolas e respetivas avaliações.

O modelo de acesso ao Ensino Superior **apresenta-se como um fator de constrangimento à saudável aquisição de conhecimentos e ao desejável desenvolvimento social dos jovens.**

As escolas estão muito condicionadas pela necessidade de obter um resultado escolar quantitativo (cultura da nota/classificação) e esquecem a importância das competências e das atitudes em favor do conhecimento de *per si*. As famílias, por seu lado, seguem o mesmo raciocínio, exacerbando a importância da obtenção de uma classificação que sustente o prosseguimento de estudos.

11. No final do Ensino Secundário conclui-se um ciclo de estudos que, podendo ser uma referência para o acesso ao ensino superior, deve ser independente do mesmo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de um trabalho essencialmente centrado na qualidade das aprendizagens.
Se promovermos um sistema conclusivo e que permita uma certificação de estudos, deixando para o sistema de ensino superior a decisão (prevista na lei, diga-se) de ingresso dos seus estudantes, estaremos a contribuir, de forma decisiva, para o fim de muitas suspeições sobre a avaliação do ensino secundário e sobre a qualidade dos sistemas de educação básica e obrigatória.

Conclusões:

A CONFAP pede ao governo que, na prossecução urgente da política de flexibilização, atenda aos princípios enunciados e, ainda que de forma gradual, promova:



- ❖ Uma **oferta educativa** que, primordialmente, dê resposta às expectativas e interesses de cada criança e de cada jovem, constituindo um fator gerador de incentivo às aprendizagens e ao conhecimento e, conseqüentemente, de combate ao insucesso, ao absentismo e ao abandono;
- ❖ O **envolvimento das famílias** e o correspondente desenvolvimento da regular e legítima representatividade parental;
- ❖ A sustentabilidade da qualidade pedagógica e das aprendizagens, ao mesmo tempo que se permite a otimização dos recursos utilizados, deixando às escolas, no âmbito da sua autonomia, o desenvolvimento dos seus programas para atingir os objetivos assumidos e aprovados;
- ❖ O debate de uma organização por ciclos, de modo a fomentar uma maior sequencialidade das aprendizagens;
- ❖ A adequação dos recursos, nomeadamente de profissionais não docentes e de **equipas multidisciplinares**, que possam acompanhar convenientemente as famílias e as crianças, dentro e fora do espaço escolar;
- ❖ A implementação de mecanismos de controlo e monitorização que garantam a qualidade educativa para todas as crianças e todos os jovens;
- ❖ **A alteração do paradigma de acesso ao ensino superior**, instituindo o Ensino Secundário como terminal e certificante.

Para a CONFAP o Sucesso tem que ser:

Não a fama, o dinheiro ou o poder;

Mas sim:

Que as crianças acordem de manhã tão animadas com o que têm que fazer que, literalmente, voam porta fora;

Que as crianças vão para a escola para estar com pessoas de quem gostam;

Que possam adormecer à noite, sabendo que fizeram o melhor possível.

Que o Sucesso de cada criança também seja a alegria, a liberdade e a amizade.



Os perfis do Aluno do Séc XXI

No seguimento dos princípios orientadores que preconizamos para um novo paradigma para a Educação, plasmados na nossa agenda 2015-2019 e nosso recente comunicado sobre a flexibilização curricular, desde já nos **disponibilizamos para colaborar** na prossecução do debate e da **implementação, o mais breve possível**, de medidas adequadas e conducentes à obtenção dos objetivos explanados no documento “Perfil dos Alunos para o Séc XXI”.

Preferimos denominar este documento como “Os perfis do Aluno do Séc XXI”.

Como atrás afirmámos, serão **necessárias e urgentes** estratégias centradas no melhor interesse das crianças e dos jovens, de que apresentamos alguns exemplos:

- **A valorização das Associações de Pais**, representativas das famílias, comprovadamente legitimadas e regulares.
No atual quadro económico e laboral, as famílias têm muita dificuldade em acompanhar de perto a vida escolar dos seus filhos. As Associações de Pais são as suas legítimas representantes e precisam seriamente de condições de tempo e outros recursos para poder capacitar as famílias nesse acompanhamento, bem como para as representar junto das escolas e de outras entidades competentes.
- A alteração do paradigma do **acesso ao ensino superior**.
Todos sabem que as escolas estão atualmente condicionadas pela classificação para o acesso ao ensino superior. Tal condicionalismo limita a vontade e a clareza de ação no processo educativo das nossas crianças e jovens.
Urge, por isso, permitir às escolas trabalhar de forma descomplexada e centrada na construção de saberes a par das competências e do desenvolvimento da pessoa.
É nosso parecer que a diversificação pedagógica é desejável e possível, abrangendo áreas transversais, sem que haja áreas nobres e menos nobres.
- Reconhecendo a complexidade do sistema educativo, entendemos adequada uma **implementação gradual** dos perfis do Aluno e, tanto quanto possível, em conformidade com a aderência das escolas e das famílias à alteração proposta. Contudo manter-nos-emos empenhados na sua concretização o mais breve possível, para que se



possibilite o desenvolvimento da competências e dos talentos de acordo com o perfil de cada um, sem a necessidade de todos terem que conseguir os mesmos resultados e ao mesmo ritmo para que sejam considerados alunos de sucesso.

- Implementar a possibilidade de **progressão diferenciada dos níveis do conhecimento**.

Dada a heterogeneidade e diversidade de alunos, parece-nos razoável a possibilidade de **flexibilizar** e tornar variável o **número de alunos por turma**. O próprio modelo de organização e de ensino (tempos e momentos letivos) deve ser da competência das escolas e tem que ser construído em função do universo das crianças e jovens, com o intuito de potenciar as suas capacidades e melhorar o seu conhecimento.

- **Créditos de conhecimentos adquiridos** que permitam a permeabilidade de alteração do curso.

A possibilidade de se constituir um conjunto de saberes e de competências que atribuam um nível de conhecimento, sem que todos os alunos sejam formatados da mesma forma.

É fundamental que os jovens possam escolher que competências querem desenvolver ao longo do seu percurso académico, alargando horizontes em áreas do seu interesse, sem que tudo lhes seja imposto.

- **A integração da infância no sistema educativo.**

Não preconizamos o ensino propriamente dito nos primeiros anos de vida. O que pretendemos é que o serviço da 1ª infância seja um serviço educativo integrado e não um serviço de âmbito social.

- **Perfis do Professor e formação pedagógica docente.**

Ambicionar falar e concretizar novos paradigmas de Educação, bem como perfis do Aluno não será possível sem que se discutam, seriamente, os perfis de professor e a conseqüente necessidade de se implementar uma verdadeira formação pedagógica docente. Esta é uma matéria que urge igualmente debater com os representantes dos professores, as entidades gestoras das Escolas e as Universidades.

11 de Março de 2017

O CE da CONFAP